

Considerações finais

Os *Ensaaios Morais, Políticos e Literários* de Hume são de difícil síntese. Em suas alusões às vezes diretas, às vezes indiretas, pode-se, contudo, apreender desta obra a intenção de estabelecer uma filosofia política que, por sua vez, compreende uma visão da história e um tratamento dos fatos históricos. Como expomos, havia uma dupla percepção: uma história (principalmente das artes e ciências) que se mostrava em fluxos e refluxos de progresso e decadência, cujo parâmetro seria uma perfeição alcançada por obra de uma genialidade que, em determinados períodos, expõe a relação entre o indivíduo e seu contexto (isto é, quando ele traduz o “espírito de um tempo”, e, por conseguinte, um progresso geral da coletividade) e que em outros períodos, (embora existam exemplos de genialidade) não é possível inferir a mesma relação, de onde se deduz uma decadência, pois apenas o indivíduo sobressai. O movimento de fluxo e refluxo se dá porque no progresso geral as artes e ciências alcançam uma perfeição que, segundo Hume, leva a uma decadência necessária até que um novo momento histórico favoreça diferentes modalidades nessas áreas. A outra percepção de Hume ligada à história estaria numa ciência política que enxergava o aprimoramento moderno não como um evento sem lastro histórico, mas como uma gradação de longo prazo que se instituiu no decorrer de sucessivos períodos e cuja “manutenção” passa por um envolvimento das forças políticas em ação na sua conformidade com um devir simultaneamente ancestral (no que se refere ao entendimento crítico da história do passado) e contemporâneo (no que se refere ao entendimento das causas que levariam ao aprimoramento social, como a necessidade de trocas entre os estados legais, regidos por leis e instituições, não pelos homens). Devido a esta dupla abordagem, Hume se coloca de maneira algo paradoxal no tratamento, por um lado, da política e economia e, por outro, das artes e ciências. Para aquelas, o escocês considera a emulação, a disputa e a imitação como indispensáveis ao aprimoramento no decurso histórico, por entender que qualquer avanço nessas áreas é extremamente gradual. Em sendo assim, a condição moderna apenas alcançou sua virtude em termos de liberdade, instituições, justiça, comércio, tecnologia etc. após sucessivos “estágios”, após

uma certa continuidade histórica, que só pode ser compreendida teoricamente se pensada em termos de longo prazo, e que, por isso mesmo, não admite “cortes”, interrupções, “revoluções apressadas” e, principalmente, idealizações que não passam por uma crítica histórica. No que se refere à visão histórica das artes e ciências, entretanto, a perfeição atingida num período, obra de individualidades, não corresponde à emulação e imitação (o escocês diz que estas devem ser inclusive evitadas por serem prejudiciais), representando, no máximo, e em apenas alguns momentos históricos, o espírito da época. Tal compreensão o leva a considerar a história como uma descontinuidade dividida em perfeição e decadência, em ciclos, e, para Forbes, como um “pêndulo”, delimitando, como que por uma necessidade, as rupturas e os cortes que não participam da compreensão teórica da história política e econômica.

Contudo, ainda que em aparência tais posturas instaurem um paradoxo, elas se tornam mais discerníveis à medida que se compreende a idéia de Hume sobre a modernidade, e por que apenas nesta uma ciência política se tornara possível. Na sua lenta transformação histórica, as sociedades passam por mudanças que acabam por desconectar o elo das práticas do passado e das práticas do presente. A crítica comparativa de Hume é, neste sentido, voltada para um devir sempre mutável, e as intervenções humanas na vida política instituem intervenções no “conteúdo mental” das gerações que se sucedem, o que significa dizer que a semelhança entre um grego antigo e um inglês contemporâneo é de ordem psicológica, não histórica. Percebe-se, no tratamento dos fatos históricos feito pelo escocês, uma sensibilidade dessa variação, que repercute na concepção das transformações políticas da modernidade pelo conceito que Forbes designa de *regularidade política*, isto é, o atestado de uma mudança geral (entenda-se Europa) calcado na sobriedade e na potência da lei enquanto elemento que permite o desenvolvimento político dos Estados, num cenário de complexificação das relações sociais a partir de verificadas mudanças na vida material (que a Inglaterra exemplificava muito bem, como observamos no debate acerca da virtude e refinamento, e no aspecto positivo dado às trocas comerciais). Por esta razão Hume entendia que certa liberdade social havia sido alcançada na Europa moderna, mesmo quando se tratava de monarquias, e que esta liberdade permitia o exercício de novas práticas (econômicas, sociais etc.) e o aprimoramento dos indivíduos. As *monarquias civilizadas* faziam parte do mesmo movimento que

demarcava uma existência social voltada para uma nova relação com as coisas e com o mundo material, aberta a novas possibilidades, podendo ser compreendida pela reflexão secularizada que excluía da convivência ordinária quaisquer elementos supra-existentes ou convicções particularizadas: a generalização em política depende da regularidade institucional (quando as leis antecedem as vontades individuais) que, por sua vez, possibilita a existência de novas práticas e a abertura a uma compreensão crítica do mundo – as generalizações que Hume empreende remetem a questões de caráter político, do sustentáculo dessa vida social mutante, e tratam, no mais, de refletir sobre as condições de possibilidade desse devir, e, por isso mesmo, encontramos nelas o temor obstinado para com revoluções “apressadas” e idealizações trans-históricas.

Torna-se importante, por isso, em nossa reflexão sobre a história, a partir dos *Ensaio*s de Hume, compreendermos que há uma noção metodológica baseada num levantamento das transformações gerais pelas quais passam as sociedades historicamente, um tratamento que se faz empírico na medida em que relaciona a história social a uma coletividade, a uma solidariedade capaz de explicar eventos que de outra forma seriam considerados na sua singularidade, pelo que condensam em si e pelo que marcam subsequente a história de um povo. Esta explicação, que pressupõe um relacionamento contemporâneo entre as mais diversas manifestações sociais, e que, conseqüentemente, distingue entre a causa e o acaso, acaba por estabelecer uma prioridade da História sobre o episódico. Todavia, ela é coexistente, em Hume, a uma percepção de que tal prioridade só pode ser estabelecida quando se percebe um sentido de continuidade com ênfase nas práticas políticas, o que o leva a demarcar, *retrospectivamente*, a história em períodos intermitentes, principalmente a história da “cultura”, já que atada por forte dependência à história política. Não é coincidência alguma o fato de as artes (e ciências), após uma longuíssima “lacuna” histórica, terem “ressurgido”, aos olhos do autor dos *Ensaio*s, no mesmo período em que se encontra a lei antes da vontade e o geral antes do indivíduo, em que uma metodologia “científica” finalmente pôde ser transplantada para a reflexão dos assuntos humanos.

A ciência política tem, pois, como objetivo essencial estabelecer as condições estruturais a partir das quais as manifestações da cultura se alocam, permitindo assim a continuidade do desenvolvimento social. Esta estrutura primeira, a ser definida por tal ciência, haverá de constituir, historicamente, um

espaço de previsibilidade que servirá como contraponto à constante mutabilidade das diversas práticas nas sociedades modernas; em Hume o mundo pode alcançar uma condição de aperfeiçoamento diante da qual será reconhecida a sua “maioridade”, quando ele deixar de ser “jovem demais para que se possa formular em política um grande número de verdades gerais, que permanecerão verdadeiras até a mais remota posteridade”, quando, finalmente, sínteses teóricas forem capazes de não apenas descrever, mas também de estabelecer um direcionamento à trajetória das sociedades.